

## Trabalho análogo ao de escravo no Brasil contemporâneo: à guisa dos estudos históricos e jurídicos e suas disputas conceituais

Fagno da Silva Soares\*  
Túlio de Oliveira Massoni\*\*  
Wallace Dias Silva\*\*\*

**Resumo:** O presente artigo está arquitetado em duas seções, a primeira trata do andante debate dos conceitos de trabalho escravo contemporâneo à baila da recente historiografia e do direito. A segunda propõe o aprimoramento e renovação dos debates, para esta questão social tão sensível à luz das reflexões históricas e jurídicas. Compreendemos, pois, que as disputas conceituais em torno da temática da escravidão contemporânea no Brasil refletem a sua relevância social e acadêmica.

**Palavras-chaves:** trabalho; escravidão; experiência vivida.

### Analogue labor of slave in Brazil contemporary: towards historical and legal studies and their conceptual disputes

**Abstract:** This article has two sections, the first deals with the burning debate of the concepts of contemporary slave labor in the light of recent historiography and law. The second proposes the improvement and renewal of the debates, for this social question so sensitive in the light of historical and legal reflections. We understand therefore that the conceptual disputes around the theme of contemporary slavery in Brazil reflect their social and academic relevance.

**Keywords:** work; slavery; lived experience.

*Dos cortadores de cana, eu escutei o clamor! Que migram em caravana, eu escutei o clamor! Dos grandes canaviais, eu escutei o clamor! Dos homens como animais, eu escutei o clamor! Migrar forçado, jamais! Trabalho escravo, não mais!*<sup>1</sup>

Dom Pedro Guimarães, *Um grito pela vida*, 2011.

\* É doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (Ufpi), professor de história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-Ifma/Campus Açailândia. Líder do Clio & Mnemósine – Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória Ifma, e pesquisador do Grupo Trabalho Escravo Contemporâneo Gptec/Ufrj. E-mail: fagno@ifma.edu.br

\*\* Doutor e Mestre em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto de Direito do Trabalho e Direito Previdenciário Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Professor convidado da Universidade Roma II. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: tuliomassoni.puc@hotmail.com

\*\*\* Bacharel pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisador do Grupo de Pesquisas de Direito e Gênero da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenador da Revista *Fórum Jurídico*. E-mail: wallace.ads@hotmail.com

<sup>1</sup> GUIRAMÃES, Dom Pedro Brito. Litania da Romaria. In: *Um grito pela vida*. Mutirão contra o trabalho escravo. Rio de Janeiro, Paulus, 2011, CD, faixa 2. 5: 12.

## 1. Introdução

Refletir acerca do processo de escravização contemporâneo no Brasil, nos parece salutar, à medida que traz para o debate acadêmico uma discussão ainda muito incipiente na historiografia brasileira e candente ao campo jurídico, possibilitando uma análise mais acautelada e desafiadora entre os operadores do direito e os historiadores de uma patologia que ainda persiste na humanidade, e por isso, urge por ser erradicada.

A temática se encontra na ordem do dia, havendo grupos de estudos e debates em nível internacional e nacional, atuação constante da Organização Internacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, intensa controversia sobre a legislação em vigor, seus conceitos e interpretações, sobre atuações procedimentais a respeito, inclusive no âmbito judiciário na esfera do Supremo Tribunal Federal, do Direito Penal, Trabalhista e Administrativo, sendo seu estudo primordial para o aprimoramento e renovação dos debates, com a consequente e real busca de soluções para esta questão social tão sensível.

## 2. Suplício de Tântalo, trabalho escravo e escravização contemporânea

Vi, também, Tântalo, e o modo por que ele, com pena indizível, num lago estava metido, com água a bater-lhe no queixo. Sede sofria; mas era impossível jamais minorá-la, pois, quantas vezes o velho tentava beber abaixava-se, Era toda a água absorvida, escoando-se; negro surgia-lhe dos pés à volta o terreno, que sempre o demônio secava. Árvores altas com frutos vergavam-lhe sobre a cabeça; eram pereiras, romeiras, macieiras de frutos ótimos, mais oliveiras viçosas e figos de gosto agradável. Mas, quantas vezes o velho tentava com a mão alcançá-las, o vento forte as tocava para o alto, até as nuvens sombrias (HOMERO, *Odisseia*, Canto XI, versos 582-592, 1997).

Nesta estrofe do épico poema atribuído a Homero, temos agora Tântalo, condenado pelos deuses ao pior dos castigos, sofrer eternamente de fome e sede, um autêntico suplício. Utilizamos o mito de Tântalo nesta seção para fazer alusão aos trabalhadores escravizados no campo ou na cidade, nos países ditos subdesenvolvidos e desenvolvidos. A expressão 'suplício de Tântalo' neste estudo é rubricada para designar não o escravo, mas a condição do indivíduo escravizado que se vê condenado a

abandonar aquilo que possui ou está ao seu alcance. Segundo a mitologia grega, o rei Tântalo foi lançado ao mar Tártaro, num vale abundante em vegetação e água, sentenciado a não poder saciar sua fome e sede, pois, ao aproximar-se da água, esta escoava e ao erguer-se para colher os frutos das árvores, os ramos se moviam para longe de seu alcance sob a força do vento. Tal analogia, neste caso, remete-se ao indivíduo submetido à escravização nas carvoarias em Açailândia, que por força da situação em meio à fome, à sede e o cerceamento do direito de ir e vir, sente-se amarrado a um verdadeiro Tártaro.

A escravidão está presente na humanidade desde os tempos mais remotos. A rigor, sempre caracterizada pela espoliação do homem pelo homem em nome do poder em transmutadas formas no tempo e no espaço. Assim, a escravidão tem assumido *pari passu*, diversas formas no transcurso da história, sendo certo que o atual conceito de escravo tem sofrido uma “rica revisão historiográfica rompendo com paradigmas estruturalistas” (MATOS, 2005, p. 26-27).

Para tanto, nesta seção, discutimos desde a origem do trabalho escravo e seus desdobramentos no decurso da história da humanidade, pontuando as similitudes e diferenças em diferentes momentos históricos, tendo como marco teórico as proposições de Jacob Gorender na obra *Escravidão Colonial* (1978) e *A Escravidão Reabilitada* (1990), as quais iluminaram nossa análise acerca da escravização no Brasil. Na seção seguinte faremos uma análise jurídica da temática em questão.

Tracejando um breve panorama histórico do trabalho escravo, podemos perceber que a escravidão é irmã gêmea da propriedade privada. Desde os primórdios civilizatórios a propriedade privada e a disputa por territórios sectaram a sociedade. Sobrepujados os vencidos, tornavam-se escravizados dos vencedores no que convencionou-se chamar de escravismo antigo. Embora o processo de escravização tenha ocorrido em outras civilizações, foi nas sociedades da Antiguidade Clássica – Grécia e Roma – que tiveram no escravismo, o sustentáculo de sua economia, a chamada escravidão clássica. Os escravizados eram oriundos de guerras ou de dívidas, independente da etnia ou gênero do qual pertencesse. Deles dependiam o cuidado com as crianças como os *pedagogos* na Grécia Antiga até a defesa das fronteiras como os soldados na Roma Antiga.

Pretensamente imbuídos do dever intelectual, filósofos como Aristóteles e Pla-

tão justificavam a escravização como algo necessário para que os intelectuais, através do ócio, pudessem pensar, sem o que a sociedade não existiria, intelectual e economicamente. Aristóteles em sua obra *Política* (1998) considerava, ainda, o escravo como *uma coisa*, um objeto sujeito ao bel-prazer do seu senhor. Assim, a coisificação do escravo vigorou largamente muitos séculos depois, nos tempos coloniais no Brasil, que graças aos estudos dos historiadores revisionistas a exemplo de Thompson em *A Formação da Classe Operária Inglesa* de 1987, pudemos perceber o escravo não como tal, mas um ser humano escravizado, de modo que, não é escravo, e sim escravizado.

Se por um lado o discurso de vitimização e coisificação de muitos historiadores serve como denunciismo, por outro, reflete as imprecisões da análise histórica que não reconhece o escravo como sujeito capaz de se questionar e revoltar-se, como diria Darcy Ribeiro “só há duas opções nesta vida: resignar-se ou se indignar [...]” (LÔBO, 2001, p. 07) e assim como a maioria dos escravizados no período colonial, ele optou por não se resignar, forjando inúmeras formas de resistência como veremos ao longo da seção.

Durante a Idade Média, a escravidão clássica foi paulatinamente substituída pelo regime feudal, em quase toda a Europa. A passagem do escravismo à servidão pouco abrandou a condição destes trabalhadores que, agora não coisificados embora presos à terra, continuavam ainda não-livres e tinham como tarefa, além de cuidar da terra, garantir a segurança de seu senhor por laços de fidelidade.<sup>2</sup>

Segundo a historiografia ocidental, com o advento das Grandes Navegações, em que Portugal foi pioneiro, iniciou-se um comércio transatlântico de escravizados numa relação triangularizada entre Europa, África e América. Foi então, a partir de 1440, que as terras lusas começaram a receber com frequência escravos vindos da África, formando o que se convencionou chamar, anos depois, de *escravização negra* ou *moderna* que vigorou entre os séculos XVI e XIX, embora haja consensos de que pouco tinha da escravização das sociedades greco-romanas.

Deste modo, o termo escravidão é por si, generalizante, capaz de abarcar desde as práticas ocorridas na Grécia Antiga até o Brasil nos tempos da colônia. Possibilitando afirmarmos que, o que tem ocorrido hoje, no Brasil e no mundo, também pode ser

---

<sup>2</sup>Para análise da passagem da antiguidade clássica ao medievo com uma abordagem marxista, ver: ANDERSON, 1994.

chamado de trabalho escravo com as devidas reservas e sem anacronismos. O fato é que o processo de escravização aparece e reaparece ao longo da história do trabalho de maneira quase atemporal, sempre em novos contextos e com contornos específicos, a exemplo da escravização fabril advinda da Revolução Industrial que alterou decisivamente o mundo do trabalho ou até a escravização contemporânea, marcadamente fruto de um novo capitalismo e, sobretudo da miséria que assola atrozmente o país. Destarte, se pudéssemos resumir em duas palavras o processo de escravização contemporânea no Brasil, seria: miséria e impunidade.

É de conhecimento dos pesquisadores que analisam a categoria *trabalho*, que a escravidão teve sua origem em sociedades predominantemente agrárias e, mais tarde, atingiu os centros urbanos (GORENDER, 1978, p. 75). Na atualidade, este fenômeno não se restringe às sociedades industrialmente 'atrasadas', estando presente em países economicamente desenvolvidos, o que nos faz crer que se trata de mais uma das mazelas do capitalismo, que em seu modo cíclico faz reaparecer em vários momentos da história esta chaga, como veremos mais adiante, em analogia ao mito da fênix, pássaro que sempre ressurgue das cinzas, tamanha a capacidade de renascimento. Neste enlevo, Jacob Gorender também se mostra útil ao nosso debate à medida que traz à tona a discussão em torno do processo de escravização no Brasil dos tempos coloniais como algo idiossincrático e nos ajuda entender que a escravização colonial brasileira têm aspectos próprios de um modo de produção *à brasileira*. Destarte, o que se constituiu no âmbito do processo de escravização no Brasil Colonial foi peculiar, amalhada de marcas escravagistas indígena e negra. Assim, a economia colonial brasileira fez do processo de escravização parte constitutiva da sociedade da época. Desta forma, como aponta Stuart Schwartz "analisar a história da escravidão no Brasil é trabalhar com a própria história do Brasil", e destaca que, entre nós, a escravidão não é "problema do passado e, assim, assunto apropriado para historiadores, seu legado ainda vive, [...] o trabalho forçado na agricultura e no garimpo em condições de cativeiro [...] não desapareceram, se transformaram" (SCHWARTZ, 2001. p. 93).

Diante do exposto, é um ledó engano afirmarmos que a escravidão foi extinta, quando da abolição poeticamente historicizada por muitos em 1888, com a promulgação da Lei Áurea resultado do desdobramento de três outras leis que a antecederam. Para os abolicionistas André Rebouças, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, o "13 de

maio" não representou a liberdade aos ex-cativos, tampouco, a carta de alforria configurou-se no passaporte para sua cidadania à época. A escravização resistiu às proibições normativas, reforçando-se no tempo e no espaço. Passados mais de um século da aprovação de sua ilegalidade no país, ela mantém-se nos mais recônditos lugares, quer seja nos espaços urbanos ou rurais, de norte a sul do Brasil, dada as devidas especificações deste fenômeno tanto no passado quanto no presente. Neste ensejo, as relações entre o senhor com seu escravo sempre foram marcadas, pela perpetuidade e hereditariedade, Gorender destaca que para Malheiros pode "[...] o senhor alugar os escravos, emprestá-los, vendê-los, doá-los, transmiti-los por herança ou legado, constituí-los em penhor ou hipoteca, desmembrar da sua propriedade o usufruto, exercer, enfim, todos os direitos legítimos de verdadeiro dono" (GORENDER, 1978, p. 78).

Constando, pois, no centro de fleumáticos debates onde o termo escravidão, para alguns, não se aplica ao fenômeno atual, pois ela teria sido extinta nos idos tempos da Abolição, também por isso, empregamos o termo "escravização". Para outros, a escravidão não se extinguiu, mas está presente em outro contexto, mesclando novas e antigas características.

Passado mais de um século da assinatura da Lei Áurea, a exploração continua sendo uma das maiores mazelas sociais de degradação humana que assolam o Brasil. Estima-se que existam entre 25 a 40 mil trabalhadores rurais vivendo em regime de escravidão contemporânea, em diversos estados do país, mormente no Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, configurando a cartografia da exploração do homem pelo homem. Sabemos, com base em recentes balanços realizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, seu próprio Grupo Especial de Fiscalização Móvel já resgatou mais de 46 mil trabalhadores encontrados em situação de degradação humana em todo país até 2014, vistoriando mais de 3 mil estabelecimentos.<sup>3</sup>

### 3. A 'escravização contemporânea': a disputa conceitual e simbólica do termo

No campo da disputa conceitual para definir uma expressão adequada ao fenômeno, afirmamos que, dentre as denominações mais recorrentes está a *escravidão*

<sup>3</sup>Ministério do Trabalho e Emprego. *Resultados da fiscalização para erradicação do trabalho escravo de 1995 a 2013*. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/imprensa/mte-divulga-balanco-semesteral-do-trabalho-escravo-em-2014/palavrachave/trabalho-escravo-lista-suja-balanco.htm>

por dívida, desfrutando de prestígio entre os teóricos, circunstanciada pela geração fraudulenta de dívida contraída com o empregador, impedindo o término do vínculo laboral.

Outro termo é *semiescravidão*, comumente aplicado por aqueles que compreendem que o atual processo de escravização não corresponde exatamente ao trabalho escravo. Pouco utilizada e sem efeito, a expressão *escravidão branca*<sup>4</sup>, possui o intento apenas de se diferenciar por oposição à escravidão negra.

Há também denominações como *exploração do trabalho*, esta caracterizada pelo desrespeito à legislação trabalhista, não aplicável ao fenômeno estudado. Por fim, expressões assimétricas como *trabalho forçado* e *trabalho indecente*, e ainda, outras muito congruentes como *escravidão contemporânea* e *neoescravidão*, forjadas no calor da luta por sua extirpação. Todas estas expressões correspondem à total subserviência do trabalhador ao empregador, numa relação subtrabalhista e, portanto, ilegal e desumana.

Dentre as expressões mais adequadas podemos citar: trabalho análogo ao de escravo, trabalho em condições análogas à de escravo, redução a condição análoga à de escravo e trabalho em condições análogas à escravidão, todas correlatas e vinculadas a ao artigo 149 do Código Penal Brasileiro. Tais expressões são tecnicamente mais incisivas do que as anteriores para o fenômeno em estudo, por evidenciar que o trabalhador não é escravo, mas posto à condição análoga à de escravo. Temos então, uma relação de similitude e umbilical entre o passado e o presente.

Tais categorias são concebidas sob a égide dos que defendem, assim como nós, expressões capazes de dar a ver o fenômeno em sua face mais vil. Para Bhavna Sharma, representante da OIT, “a servidão ou escravidão por dívida é a forma mais comum de escravidão contemporânea” (SHARMA, 2008, p. 40), o que torna a expressão escravidão por dívida, em certa medida, apropriada, sobretudo, ao caso brasileiro.

É fato conhecido que nenhuma ciência é neutra, tampouco neutros seriam os conceitos por ela criados. Como alerta Koselleck (2006.), todo conceito é portador de signos porosos que ganham e perdem fragmentos lexicais, sintáticos e semânticos condicionadas a sua historicidade, não diferentes poderiam ser os conceitos trabalho e

---

<sup>4</sup> Consideramos deveras um conceito *stricto sensu*, portanto, muito limitado para denotar o fenômeno que se propõe na obra Le Breton (2002).



trabalho escravo, eleitos em nosso estudo preambular. Outrossim, valemo-nos de Durval Muniz (2011, p. 53-54), ao nos ensinar que “as palavras não são as coisas, elas são metáforas das coisas; têm realidade e espessura próprias; elas transportam, transformando, as coisas até nós. Portanto, as palavras, os conceitos, as categorias também constituem e fazem parte da realidade do mundo [...]” para afirmar que a expressão trabalho escravo contemporâneo é fruto de um conjunto de reflexões circunscritas em um tempo e um espaço, embora não dê conta do que pretende explicar, serve-nos para continuarmos a reflexão na busca de outras expressões mais adequadas e menos *tautológicas*.<sup>5</sup>

Há de repensar que os conceitos não são construções perenes, pelo contrário, sofrem transformações ao longo do tempo e espaço até que sejam mais consensuais e consolidem-se. Também é sabido que a escolha por qualquer terminologia para este fenômeno pressupõe a relação com seu “uso político”, revelando as intencionalidades que justificaram a escolha, como em nosso caso a escolha pela expressão *escravização contemporânea* justifica-se por ser, ao nosso ver, mais apropriada ao fenômeno em estudo, porém, não suficiente.

Neste sentido, merecem amplo destaque as reflexões de Ângela de Castro Gomes, pra quem “não se trata de um detalhe semântico, mas do bom entendimento de uma categoria que tem o poder de interpretar a realidade social, desencadeando políticas públicas, não só pela via da criminalização dos culpados, mas da garantia de direitos aos explorados. De toda forma, o que fica claro [...] é que, sem conceitos comuns não pode haver unidade de ação política.” (GOMES, 2008, p. 13-17).

A autora esclarece que a definição conceitual, neste caso, tem desdobramentos sócio-políticos importantes, que vão desde o impacto gerado pelo termo historicamente marcado por um lastro de sentimentos à criação de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento do fenômeno; do contrário não haveria unicidade suficiente para tal. Com efeito, a mesma autora reforça ainda que quando se discute o trabalho escravo contemporâneo no Brasil do século XXI, o que está em jogo já não é mais o reconhecimento desta prática junto a sociedade, pelo contrário, esta já o reconhece, inclusive em seu aparato jurídico. Trata-se, portanto, segundo a autora,

---

<sup>5</sup> Etimologicamente o termo tem origem na filosofia grega mais precisamente na retórica, *tautó/logos*, significam *o mesmo/palavra*. Portanto é, um termo ou expressão que apresenta uma mesma ideia de formas diferentes e por vezes é capaz se de auto-explicar.



[...] da busca de um acordo sobre qual é a melhor maneira de se construir – legalmente, politicamente e academicamente – um problema que marca o mundo do trabalho contemporâneo e que possui grande poder de mobilização nacional e internacional. Assim, seu ‘nome’ e o que está sendo definido como o ‘conteúdo’ desse ‘nome’, em determinado contexto de experiência dos atores envolvidos, é crucial, quer como recurso de poder para demandar ações do Estado, entre as quais e com destaque a alteração de uma lei; quer como capacidade de sensibilizar a opinião pública, via imprensa, via organizações não-governamentais etc. (GOMES, 2008, p. 16)

Para a pesquisadora em questão, a escolha dessa expressão, em especial no Brasil, é resultado, sobretudo, do conjunto de esforços empreendidos por membros da Igreja Católica nos anos 70, mais precisamente D. Pedro Casaldáliga, que nas décadas seguintes obteve apoio de entidades da sociedade civil organizada e do poder público que, desde então, passaram a adotar a expressão trabalho escravo contemporâneo em seus documentos oficiais, por extensão a mídia, apesar das dissonantes posições acadêmicas.

Desta forma, Ângela de Castro Gomes destaca a necessidade de contruirmos um problema para análise historiográfica para além do reconhecimento da existência desta prática hedionda no Brasil, visto que esta discussão seja considerada encerrada.

De modo geral, concordamos com a antropóloga Neide EsterCI, para quem o termo “[...] ‘escavidão’ tem, entre nós, o poder simbólico de denunciar a redução de pessoas a coisas, objetos de troca, a mercadoria – vem associado a expressões como ‘compra’, ‘venda’, ‘preço por lote’, ‘por cabeça’ [...]” (ESTERCI, 1999, p. 121).

Neste sentido, ainda é preciso avançar no debate para melhor compreender esta prática e, por conseguinte combatê-la. Como sabemos, é de bom tom dialogar com os que se posicionam contrários a nós, para compreender as nossas posições. Para tal, escolhemos, para cotejar, a fala do pesquisador Eduardo França Paiva, para quem:

[...] estamos diante de um dilema terrível: o ‘escravo’ moderno renasce exatamente pelas mãos de quem, no passado, lutou pelo seu desaparecimento. Isto é, seus antigos protetores e redutores teriam se transformado, hoje, em seus reinventores. Como compreender essa confusa história e como corrigir essa inversão perversa? Haveria certa insensibilidade intelectual no uso, hoje, de definições tomadas de empréstimo ao passado? Qual seria o impacto junto à opinião pública, da imprecisão teórico-conceitual em curso? Em que medida a reinvenção do escravo prejudica o combate ao trabalho compulsório ilegal no Brasil? Ao mesmo tempo, deve-se indagar sobre a perma-

nência de referências e valores escravistas no cotidiano da população, sobretudo nas áreas extrativistas e rurais, onde esse 'trabalho escravo' é prática corriqueira (PAIVA, 2005, p. 8).

O autor nos pareceu muito ortodoxo ao, de maneira simplista, tentar definir a relação passado e presente na construção de um conceito, pois entre os historiadores e antropólogos, não é comum forjar termos históricos no tempo de seu acontecimento, se assim fosse os vilões, servos ou vassalos na Europa do século XI já se auto-denominariam como tal e ao seu período histórico como Medieval.

Assim sendo, o processo de escravização contemporânea, marcadamente visibilizada no final do século XX, terá nos anos seguintes do novo século, tempo para que sua definição teórico-conceitual seja devidamente construída. Ademais, é preciso "imprimir-lhe o caráter e a legitimidade científica necessária" (FIGUEIRA, 2011, p. 22), para que se possa consolidar enquanto campo intelectual com status de cientificidade a partir de reuniões, simpósios, congressos e publicações as mais diversas.

Nestes termos, não devemos compreender a categoria trabalho análogo ao de escravo como uma construção metafórica e não semântica. Talvez a melhor forma de classificação deste tipo de relação laboriosa é romper as definições estabelecidas por outros teóricos e convenções internacionais e, por conseguinte, forjar termos mais fluidos e adequados ao fenômeno, sobretudo o atual brasileiro. Embora o fenômeno da escravização contemporânea remonte ao século passado, suas raízes advêm dos séculos XVI e XIX, daí a inevitável comparação com a escravidão colonial, dadas suas devidas reservas e idiosincrasias. Entrementes, não se trata de um fenômeno inteiramente novo, nem tampouco de um retorno ao passado. Mas, como assevera Ângela de Castro Gomes "[...] na busca por um estatuto teórico para aprimorar o debate [...] é preciso tomar consciência de que as semelhanças irão emergir e, por vezes, de forma preponderante" (GOMES, 2008, p. 38).

Constatamos, pois, que é inevitável a comparação entre a escravidão colonial e moderna ao processo de escravização contemporânea, por isso Vilela brindou a todos com sua sucinta, porém contundente reflexão, ao asseverar que

[...] quando você começa a comparar, ponto a ponto, quase chega à conclusão que a escravidão contemporânea, sob determinados e específicos aspectos, é pior que a escravidão "clássica", não querendo minimizar esta escravidão. [...] O trabalhador escravo de hoje, com

certa fartura de **mão de obra, é descartável. Ele não tem valor econômico, valor de mercado, como tinha o escravo negro. E por mais que fossem comuns os castigos corporais etc, o senhor de escravos tinha que tomar algumas providências para manter o escravo vivo e saudável. O escravo de hoje, não; ele é inteiramente descartável.** [...] Por outro lado, os grilhões da escravidão “clássica” são hoje, substituídos por outra espécie de grilhões, que decorrem da ruptura das referências dos indivíduos e também da questão moral [refere-se ao compromisso dos trabalhadores com as dívidas que julgam ter e precisam pagar (VILELA, Ruth. *Entrevista concedida ao projeto Memória Institucional do Ministério do Trabalho e Emprego*. CPDOC/FGV, 2006, fita 2, p. 34. grifo nosso).

Tal analogia deixa-nos evidente o quão *descartável* é o trabalhador escravizado dos séculos XX e XXI é tratado, o que segundo a autora torna esse tipo de escravização mais truculenta, uma vez que a abundância de mão de obra gratuita de escravos difere do passado onde a compra de escravos era sempre muito onerosa. Deste modo, o baixo custo e a descartabilidade destes trabalhadores constituem o binômio fomentador desta prática hoje, somada é claro, à impunidade com que ainda são tratados estes casos pela justiça brasileira, ainda muito indolente a causa. Mais do que um crime contra a legislação trabalhista, trata-se de um aviltamento e uma afronta aos direitos humanos. Ademais, outro aspecto que merece destaque, segundo a autora e que por mais torpe e inclemente que fossem os algozes de um escravo, estes sabiam que não deviam açoitá-lo até a morte, pois a morte de um escravo seria para o seu senhor um real prejuízo, uma vez que, durante o período imperial, para se mensurar a riqueza de um homem ou de sua família, considerava-se a quantidade de terras e escravos que estes tinham.

Retomemos as análises de Ângela de Castro Gomes, sobre a adoção da expressão trabalho escravo como sendo uma construção memorial, portanto com intento mais político do que histórico:

[...] tem um imenso valor simbólico, na medida em que remete a todo o passado escravista da sociedade brasileira. Nesse ‘passado’, mobilizado como uma construção da memória nacional, os escravos são homens e mulheres trabalhadores explorados cruelmente, o que é algo inaceitável no mundo contemporâneo. Tal tempo – ‘o passado escravista’ – é, assim, muito mais uma construção memorial imaginária [uma memória histórica], do que histórico-cronológica [um período delimitado pelo historiador] (GOMES, 2008, p. 38).

Concordamos com a autora ao declarar que o uso da expressão trabalho escla-

vo não necessariamente tem o intento de identificar-se como o passado colonial ou imperial brasileiro, mas em provocar seu potencial mobilizador, ou seja, tornar público e dar visibilidade ao debate é medida que se impõe, de modo que os que empregam a categoria terminológica trabalho escravo ou análogo à de escravo não obscurece ou confunde seu significado; muito pelo contrário, torna-o visível (FIGUEIRA, 2004, p. 48).

#### 4. Gente “invisível”, “descartável” e “sobrante”

De modo geral, o escravo se apresentava enquanto ser humano tornado coisa, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações humanas, era tratado como animal. Como asseverou o Chalhoub em relação aos escravos: “todos os direitos lhes eram negados [...] Eram reduzidos à condição de coisa [...] Eram até denominados, mesmo oficialmente, peças, fôlegos vivos, que se mandavam marcar com ferro quente ou por castigo, ou ainda por sinal como gado” (CHALHOUB, 1990, p. 36).<sup>6</sup>

Mesmo hoje, o trabalhador escravizado é considerado uma ‘mercadoria descartável’ (SILVA, 2004; BALES, 2001, p. 23; BAUMAN, 2005, p. 47-79) pelos empreiteiros, sem muito valor no submundo do trabalho ignóbil, o que torna a prática ainda mais vil. Terminados os serviços prestados, estes são largados à própria sorte para regressarem a suas casas. Assim, a rede e o laço da escravidão estão sempre prontos para ‘apanhar’ e ‘laçar’ suas próximas presas. Adensamos ao debate a proposição acerca das pessoas consideradas descartáveis, sobretudo, aos migrantes, tratados como o *lixo humano*. Ainda, em igual sentido, para Vitale Joanoni e Leonice Aparecida “essas pessoas, sem lugar nesse mundo [...] são alvos dessas relações de exploração que vão muito além da expropriação da sua força de trabalho [...] descartadas por serem herdeiras da miséria social e econômica que afligiu” (JOANONI NETO, 2011, p. 273-290, p. 281). Estes trabalhadores são alijados de seus direitos básicos e fundamentais previstos na Constituição, tratados como habitantes de um ‘não-lugar’<sup>7</sup> e, por conseguinte, invisibilizados socialmente. Ao contrário, estes habitam um lugar antropológico, identitário, relacional e histórico.

<sup>6</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 36.

<sup>7</sup> O lugar-não é o contrário do lugar, não imprimi uma marca identitária, relacional tampouco histórica. Estes não-lugares são forjados no contexto da pós-modernidade em estações de trem ou metrô, aeroportos, rodoviárias e outros lugares de passagem, lugares de todos e de ninguém (AUGÉ, 2010, p. 73).

O pesquisador Kevin Bales, viajou o mundo investigando a escravidão contemporânea em suas muitas facetas, e constatou que este fenômeno constitui-se em um negócio em franca “ascensão e o número de escravos está a crescer, há pessoas que enriquecem usando escravos. [...] Se centra nos grandes lucros e nas vidas baratas [...] tornam-se instrumentos completamente descartáveis para fazer dinheiro” (BALES, 2001, p. 12).

Concordamos parcialmente com o autor, por acreditarmos que não foi o número de trabalhadores escravizados que aumentou, mas sim o número de denúncias, motivadas, sobretudo, pela significativa atuação de instituições diversas no enfrentamento desta prática em todo mundo, dando ao fenômeno uma visibilidade nunca dantes vista, hoje constituída em temática de relevo nacional e internacionalmente por melindrar os direitos humanos.

Atualmente a temática se encontra na ordem do dia. Bales ao estabelecer um paralelo entre o modelo escravocrata moderno e o hodierno, destaca que no primeiro havia a posse legal do escravizado. Já no segundo, trata-se de uma prática ilegal, em que os escravizadores valem-se do uso da violência física e psicológica para manter o controle. Assim, os algozes “têm todos os benefícios da propriedade sem as responsabilidades legais. A bem da verdade, para os escravocratas, não ter a posse legal é uma melhoria, porque obtêm o controle total sem qualquer responsabilidade por aquilo que possuem” (BALES, 2001. p, 12).

Se antes os escravizadores compravam a altos preços seus escravizados, hoje não mais: a grande quantidade de trabalhadores desempregados com numerosas famílias sem quaisquer fonte de renda, tornam gratuito este tipo de trabalho. Ao dono da fazenda e/ou carvoaria pouco importa as condições deste trabalhador, porque, para ele, trata-se como dito alhures, de uma *mercadoria descartável*, um *lixo humano* que pertence ao *não-lugar*.

## 5. As diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

As Convenções Internacionais que tratam do Trabalho Forçado são, basicamente, a de número 29 [Trabalho Forçado, 1930] e 105 [Abolição do Trabalho Forçado, 1957], persistentes em convidar ao aprofundamento da compreensão do pro-

blema e a redobrados esforços para a eliminação de todas as formas dessa espécie de trabalho que atenta contra a liberdade humana.

A Convenção n. 29 da OIT, de 1930, em seu artigo 2º, n. 1 define trabalho forçado como “todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob ameaça de sanção e para o qual não tenha se oferecido espontaneamente”.<sup>8</sup> Temos a Convenção n. 105 da OIT, de 1957, em seu artigo 1º conclama os países membros a abolir:

[...] toda forma de trabalho forçado ou obrigatório e dele não fazer uso: a] como medida de coerção ou de educação política ou como punição por ter ou expressar opiniões políticas ou pontos de vista ideologicamente opostos ao sistema político, social e econômico vigente; b] como método de mobilização e de utilização da mão-de-obra para fins de desenvolvimento econômico; c] como meio de disciplinar a mão-de-obra; d] como punição por participação em greves; e] como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa.

O Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT, relativo a Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, decorrente da 89ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho [Genebra, 2001], chama a atenção de que a problemática possui nexos diretos com outra questão: *o tráfico de pessoas*, onde se destaca que há ‘países de origem’, ‘países de trânsito’ e ‘países receptores’. O Relatório cita os elementos coercitivos: o trabalho forçado, a servidão por dívidas e práticas análogas à servidão. Estabelece, ainda, um vínculo entre o tráfico moderno e as formas atuais de servidão por endividamento.

A OIT ressalta que as formas contemporâneas de trabalho forçado exigem urgentemente mais pesquisas e atenção, para preparar o terreno para indicadores e avaliações mais precisos para uma definição política e ação futura.

Portanto, inicialmente, a OIT, para caracterização do trabalho forçado, exigia como pressuposto essencial a supressão da liberdade da pessoa e, ainda, castigo para aqueles que resistem à realização das atividades determinadas. E ressaltava que uma situação de trabalho forçado é determinada pela natureza da relação entre uma pessoa e um empregador e não pelo tipo da atividade desenvolvida, por mais duras ou perigosas que possam ser as condições de trabalho. De acordo com a OIT, em sua visão

<sup>8</sup> A Convenção 29 admite algumas exceções, tais como o serviço militar, o trabalho penitenciário adequadamente supervisionado e o trabalho obrigatório em situações de emergência, como guerras, incêndios, terremotos etc.

inicial do tema, não é a legalidade ou ilegalidade da atividade, segundo leis nacionais, que determina se o trabalho é ou não forçado.

Mas este conceito restritivo inicial ampliou-se para nele se inserir toda espécie de coação, seja ela física, moral ou financeira, acompanhando toda mudança histórica econômica e social e adaptando-se as transformações das relações de trabalho e do próprio capitalismo, tal qual a evolução do próprio conceito de trabalho escravo como exposto alhures. Com efeito, notou-se que, em especial no âmbito rural, mesmo quando não existam ameaças explícitas, a liberdade pode ser inibida pelo isolamento, pela distância, pela falta de opção de transporte, pelo medo gerado em testemunhar casos freqüentes de trabalhadores mortos ou desaparecidos. No âmbito urbano, que geralmente envolve imigrantes clandestinos, a liberdade pode ser inibida pela retenção de documentos e por ameaças de os trabalhadores serem entregues às autoridades locais, para serem sujeitos à deportação.

### 5.1. Fluxos migratórios sob a ótica da OIT

Outro enfoque de estudos da Organização Internacional do Trabalho é a análise dos fluxos migratórios e a influência que as políticas internas e externas dos países membros se interferem e são intrínsecas para o correto entendimento e erradicação do trabalho escravo no mundo.

Conforme estudos mais recentes,<sup>9</sup> a OIT reconhece o direito soberano de todas as nações em determinar sua política em matéria de migração. Contudo, estas políticas, quando muito restritivas ou complexas, podem levar os empregadores a burlá-las, impulsionando a migração irregular e, via de consequência, o trabalho em condições análogas à de escravo.

A OIT reconhece que deve haver um maior esforço e maior coerência entre as políticas internacionais e nacionais sobre trabalho escravo, especificamente em relação à “contratação dos trabalhadores, proteção social, salários e condições de trabalho, emprego e capacitação, educação social, entre outras, baseadas nas normas internacionais do trabalho existentes e orientações da OIT”<sup>10</sup>, através de tais políticas busca fazer com que as condições de trabalho nos países de saída e entrada de trabalha-

<sup>9</sup> OIT. Conferência Internacional do Trabalho, 103ª reunião, 2014. Informe IV, p. 31.

<sup>10</sup> OIT. Conferência Internacional do Trabalho, 103ª reunião, 2014. Informe IV, p. 69.



dores não se deterioreem e se convertam em trabalho em condições análogas à de escravo.

Constata-se que o processo de recente globalização e de mundialização do capital tem repercutido nem sempre de forma benéfica sobre o direito do trabalho e sobre o mercado de trabalho. Índices alarmantes de desemprego, tráfico de trabalhadores e inúmeros casos de 'dumping social' têm sido denunciados. Igualmente são tornados públicos casos de trabalhadores precários, degradantes e, em algumas situações, até mesmo, no Brasil, de trabalho em condições análogas às de escravo.

A partir de 2004, a OIT, mais incisivamente na Conferência Internacional do Trabalho, pôs em debate de maneira tripartite o tema dos trabalhadores migrantes. Uma das conclusões adotadas foi a preparação de um plano de ação com o objetivo de viabilizar uma aplicação mais ampla das convenções da OIT relativas aos trabalhadores migrantes e a adotar um Marco multilateral da OIT para as migrações laborais – princípios e diretrizes para um enfoque das migrações laborais baseado nos direitos, o qual foi aprovado no ano de 2006.

O referido marco multilateral funda-se em três pilares: a] as políticas migratórias devem ser formuladas obtendo consenso tripartite, não apenas no plano nacional, mas também nos planos regional e mundial, promovendo a cooperação entre os mesmos envolvidos dos países de procedência e dos países de destino; b] visando evitar indevidas pressões sobre os salários e as condições de trabalho existentes, deve ser assegurada aos trabalhadores migrantes a igualdade de trato; c] gradualmente, deveriam ser contempladas vias legais aos potenciais migrantes, reconhecendo as necessidades existentes no mercado laboral; isto contribuiria para reduzir a migração irregular e o tráfico de pessoas. Estabelece princípios e diretrizes não vinculantes, através de um enfoque de proteção aos direitos dos trabalhadores imigrantes, respeito à soberania, meios de cooperação internacional e prevenção de práticas migratórias abusivas.

A OIT, em seus estudos recentes, reconhece que os sindicatos devem assumir um papel ativo nos processos de migrações de trabalhadores como um dos desafios centrais a serem enfrentados no século XXI. Em particular, o movimento sindical deveria participar na modelação das políticas migratórias, promovendo boas práticas em matéria de migrações laborais, e indo ao encontro dos trabalhadores migrantes

visando assegurar que a migração produza os maiores benefícios possíveis para todos.

Mais recentemente, em 2014, a OIT tem exortado os países membros a criarem um marco nacional “que faça possível a participação de todas as autoridades públicas competentes, os interlocutores sociais e outros interessados, assim como uma coordenação eficaz entre eles,<sup>11</sup> realizando-o através de uma única estrutura/grupo nacional responsável pela análise e estudo de todas as formas de trabalho escravo, análogo a tal ou práticas conexas.

E mais, além disso, propõe a interlocução entre os próprios atores sociais no nível nacional, conjugando informações, assessoramento, práticas e proteções, seja dos órgãos fiscalizadores, dos trabalhadores ou dos próprios empregadores fiscalizados. Propõe que sejam mais bem definidas as funções e sistemas de inspeção do trabalho realizados pelos órgãos fiscais do Estado, seja facilitada a assessoria técnica prática e jurídica aos empregadores e aos trabalhadores e, deixar ao conhecimento das autoridades competentes os abusos que não se caracterizam como prática escravagista porque acobertados por algum tipo de legislação existente. [Convenção sobre a Inspeção do Trabalho de 1947, artigo 3, I].

## 5.2. Propostas a partir do enfoque tripartite

No seu relatório “Em busca de trabalho decente – Os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes 2013”,<sup>12</sup> a OIT destaca que os sindicatos são essenciais para a solução do trabalho escravo realizado por imigrações, ressaltando o enfoque da atuação destas organizações na realização de [i] políticas públicas, com consenso tripartite em plano nacional, regional e mundial, promovendo a cooperação entre os atores sociais, países de procedência e de destino; [ii] promoção da igualdade de trato entre empregados imigrantes e nacionais; [iii] promoção de legislações e amparos legais e jurídicos aos trabalhadores estrangeiros; todas estas atuações, objetivando, assim, reduzir a migração ilegal e o correto trato dos imigrantes.

Ressalta, ainda, a OIT, a importância central dos sindicatos para a proteção dos trabalhadores imigrantes escravos, tal qual já o faz em relação aos demais, porque

<sup>11</sup> OIT. Conferencia Internacional do Trabalho, 103.<sup>a</sup> reunião, 2014, Informe IV. p. 70.

<sup>12</sup> OIT. *Em busca de trabalho decente – Os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes*, 2013, p. 4.

com a filiação de todos os tipos de trabalhadores conseguem obter um ainda maior campo de influência e de luta, eis que: “os sindicatos cuidam da sociedade em geral e, por suposto, quando maior seu número de membros, mais poder possuem para exercer influencia”.<sup>13</sup>

Percebe-se, assim, nos últimos anos, uma confluência de diretrizes e de abordagens do tema: o principal foco da OIT no combate do trabalho escravo é o aprimoramento do sistema de inspeção e das relações entre os atores envolvidos, não para contrapô-los uns aos outros, mas para compreender suas características próprias, seus problemas e propor formas de soluções, objetivo este estampado no artigo 5º da Convenção nº 81 OIT que fomenta a “cooperação e colaboração dos serviços de inspeção e outras instituições, públicas ou privadas, e com os empregadores e trabalhadores e suas organizações”.<sup>14</sup> Defende a OIT que a melhor forma de combate do trabalho escravo de imigrantes é a elaboração de legislações laborais e convenções coletivas que se aplique aos trabalhadores imigrantes, que os inspetores do trabalho se esforcem para integração destes ao movimento sindical, para assim, possuírem as mesmas proteções e direitos dos trabalhadores nacionais. Conforme parecer que apresenta em seu estudo, propõe que o campo de atuação dos sindicatos deve ocorrer em 4 âmbitos específicos:

1. Os sindicatos devem participar no debate político sobre a gestão da migração, a fim de que os trabalhadores obtenham o máximo possível de benefícios e se minimizem os custos;
2. Campanhas de informação e tomada de consciência para os trabalhadores e público em geral no plano nacional.
3. Cooperação com sindicatos de outros países.
4. Sindicalização dos trabalhadores migrantes.<sup>15</sup>

O tema tem despertado a preocupação de diversos países e organizações

<sup>13</sup> OIT. *Em busca de trabalho decente – Os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes*, 2013, p. 08.

<sup>14</sup> OIT. *Em busca de trabalho decente – Os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes*, 2013, p. 10. A OIT entende que os empregadores, trabalhadores e suas organizações sindicais podem fornecer programas educativos de sensibilização de seus membros acerca do perigo do uso de trabalho escravo e a maneira de mitigá-lo. Entende que são as organizações de empregadores que possuem as melhores condições de prevenir e identificar o trabalho escravo, instalando centros de discussão, processos de investigação e punição mais adequados. Já as organizações de trabalhadores são as que possibilitam maior pressão sob o governo para adoção de melhores práticas, maior investimento monetário e maior desenvolvimento de políticas de inclusão social dos trabalhadores imigrantes e que laborem na informalidade.

<sup>15</sup> OIT. *Em busca de trabalho decente – Os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes*, 2013, p. 14.

públicas ou privadas. Na Espanha, por exemplo, existe uma Comissão Consultiva Tripartite de Inspeção do Trabalho e Segurança Social que se encarrega de propor medidas e avaliar a atuação dos serviços de inspeção do trabalho, especialmente as violações à legislação trabalhista na economia irregular/trabalho informal e na exploração de trabalho forçoso. Ou seja, vai além da mera identificação e punição do trabalho escravo, e se insere no âmbito de políticas públicas de proteção à legislação trabalhista, em abordagem tripartite, através da participação de todos envolvidos na questão, sejam empregadores, trabalhadores ou Estado.

Não há uma específica forma de combate ao trabalho escravo. Todas elas dependem do cenário político e social do país. Contudo todas as formas de combate passam, necessariamente, por um órgão de inspeção e pela implantação de políticas públicas que criem modelos preferencialmente tripartites de atuação, fiscalização e punição, com a participação de todos os atores sociais envolvidos, trazendo, assim, maior estabilidade, legitimidade e credibilidade às ações antiescravagistas.

### 5.3. O relativo distanciamento do conceito da OIT

Há relativo distanciamento do conceito, adotado no Brasil, de 'trabalho em condições análogas às de escravo', do conceito de 'trabalho forçado' preconizado pela OIT em suas convenções e recomendações internacionais. E tal ocorre [e mesmo se justifica] em razão das específicas condições históricas, sociais, políticas e econômicas do país.

Em entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas CPDOC/FGV, a auditora fiscal Ruth Vilela.<sup>16</sup> informou que os auditores fiscais do trabalho emprenderam uma campanha a favor da adoção da expressão 'trabalho escravo' para o caso brasileiro, haja vista que a expressão 'trabalho forçado' seria por demais abrangente para desvelar as singularidades identificadas em nosso país. Afirmo a entrevistada que: "Na verda-

<sup>16</sup>Entrevista realizada durante a realização do projeto 'Memória Institucional do Ministério do Trabalho e Emprego', objetivando é destacar a história e memória do Ministério do Trabalho. Um dos resultados do projeto foi a publicação da obra: GOMES, 2007. 376p. De acordo com Ruth Vilela, "Quem mais batalhou pela utilização do termo trabalho escravo e não trabalho forçado foram os auditores fiscais. Nós começamos insistindo para estabelecer a diferença entre os conceitos de trabalho forçado e trabalho escravo e fomos publicando, afirmando, reiteradamente, até que a OIT absorveu o termo trabalho escravo para o caso brasileiro" (2006, fita 2, p. 34).

de, esse debate quanto à terminologia, decorreu muito do fato da OIT utilizar o termo *trabajo forçoso* aqui para a América Latina. O conceito de trabalho forçado, para a OIT, engloba tudo. Assim sendo, a expressão *trabalho forçado*, é um tanto polissêmica, a grosso modo, é capaz de abrigar um sem-número de situações, numa espécie de conceito *guarda-chuva* que vai desde a exploração do trabalho até a escravidão contemporânea.

De outro lado, esta diferenciação conceitual brasileira frente às realidades internacionais é compreensível - e se justifica - pelas próprias necessidades nacionais. Assim, dado o grau de 'delinquência social' de desrespeito com os direitos básicos trabalhistas e de cidadania, o artigo 149 do Código Penal, com a redação dada pela Lei 10.803, de 2003, não é apenas o cerceamento da liberdade de ir e vir que caracteriza o trabalho em condições análogas à de escravo. A prática afeta também a legalidade e as condições civilizatórias mínimas de dignidade humana. Assim é que, na legislação nacional, como parte integrante do conceito, incluíram-se as 'condições degradantes' e a 'jornada exaustiva de trabalho', por influência do Ministério do Trabalho e Emprego.

Por fim, cabe destacar que a OIT define o Brasil como referência mundial no combate ao trabalho escravo, por atender aos ditames previstos nas convenções internacionais contra o trabalho forçado através do artigo 149 do Código Penal Brasileiro e demais emendas constitucionais, além da efetivação destas através do Ministério do Trabalho e Emprego, em específico seu Grupo Móvel de Fiscalização.

Conforme o estudo realizado pela OIT intitulado de "Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil",<sup>17</sup> para os trabalhadores rurais encontrados em labor em condições análogas de escravos, as principais características para figurarem como tal tipo de trabalhador são:

[...] a ausência de remuneração ou pagamento insuficiente [citada em 38,8% dos casos]; os maus tratos e a humilhação dos trabalhadores e a jornada exaustiva [citados em 36,3% dos casos]; as condições precárias de trabalho [citada em 28,9% dos casos], a privação da liberdade [24,7% dos casos] e a ausência de carteira assinada [4,1% dos casos].<sup>18</sup>

<sup>17</sup> *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil*. Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011, p. 27.

<sup>18</sup> *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil*. Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011, p. 81. Outrossim, outro aspecto relevante do trabalhador escravo no Brasil é a sua falta de participação social em entidades sindicais ou grupos associativos, fato que os

Em sua maioria, os trabalhadores escravizados abrangem o trabalho infantil no campo, com início do trabalho antes dos 16 anos:

Praticamente todos os entrevistados na pesquisa de campo [92,6%] iniciaram sua vida profissional antes dos 16 anos. A idade média em que começaram a trabalhar é de 11,4 anos, sendo que aproximadamente 40% iniciaram antes desta idade. Na maioria dos casos [69,4%], tratava-se de trabalho infantil realizado no âmbito familiar. No entanto, os demais já trabalhavam para um empregador, juntamente com a família [10%] ou diretamente para um patrão [20,6%] [ver gráfico 19]. Entre os que começaram a trabalhar com menos de 11 anos, 83% faziam apenas trabalho familiar. Os demais trabalhavam para fora já nesta idade. As atividades desempenhadas pelas crianças e adolescentes era o de auxiliar nos trabalhos agrícolas: carpir, roçar, plantar e colher, especialmente ajudando o pai.<sup>19</sup>

No Brasil, o cerceamento de liberdade é mais comumente identificado quando ocorre a tentativa de ruptura do vínculo e o empregado se descobre devedor e/ou impedido de deixar o local. Acrescente-se, ainda, como sublinha parte da doutrina, que o cerceamento da liberdade se dá, precipuamente, após consolidada a relação trabalhista. Ademais, entende-se que a aceitação das condições laborais pelo trabalhador não pode ser suficiente para afastar a configuração de trabalho forçado (MIRAGLIA, 2011, p. 137).

Por todas estas razões, justifica-se o tratamento que a ordem jurídica brasileira vem atribuindo ao conceito jurídico. De fato, há peculiaridades nacionais que não podem ser ignoradas. Não poderia a norma jurídica nacional deixar de contemplar estas situações-tipo vivenciadas em nosso país, não apenas para dar-lhes a necessária visibilidade, mas, sobretudo para, superando a negação do problema, enfrentá-lo adequadamente.

#### 5.4 Os elementos do núcleo conceitual brasileiro

A OIT, como já acenado, tem elogiado a adoção legislativa brasileira, conquanto as modalidades da figura de trabalho a condições análogas de escravo daqui

---

torna ainda mais frágeis frente aos demais trabalhadores do país.

<sup>19</sup> *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil*. Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011, p. 81. Outrossim, outro aspecto relevante do trabalhador escravo no Brasil é a sua falta de participação social em entidades sindicais ou grupos associativos, fato que os torna ainda mais frágeis frente aos demais trabalhadores do país.

não estejam, todas, explicitamente contempladas nas Convenções 29 e 105 da OIT, quais sejam, as citadas 'condições degradantes' e a 'jornada exaustiva de trabalho'. Mas o fato de essas duas modalidades não estarem presentes nas referidas Convenções não afasta a possibilidade de a legislação nacional, dadas as suas peculiaridades e necessidades, contemplá-las com vistas a adequadamente enfrentar o tema.

A prática brasileira, valeu-se, assim, de um princípio de complementaridade entre as normas internacionais e o ordenamento interno nacional. Tanto é que o art. 19 da Constituição da OIT, de 1919 prevê que, em nenhuma hipótese, a criação, pela OIT, de uma Convenção ou Recomendação, ou a ratificação, por um Estado-membro de uma Convenção, poderão ser invocadas para afastar qualquer lei, sentença, costumes ou acordos que assegurem aos trabalhadores interessados 'condições mais favoráveis' que as previstas pela Convenção ou recomendação.

Isto significa que, com base neste princípio maior da 'condição mais favorável', nada impede que a tipificação da figura, entre nós, abranja, também, a condição degradante e a jornada exaustiva. Outro método para enfrentar o conceito seria o de sua oposição ao designado 'trabalho decente', concebido pela OIT como aquele trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Nota-se, portanto, que a OIT se apoia basicamente em quatro eixos estratégicos nesta definição: [i] o respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho, conforme sua Declaração de Princípios Fundamentais, de 1998 [liberdade sindical e reconhecimento de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação no emprego e ocupação; [ii] promoção do emprego de qualidade; [iii] extensão da proteção social; [iv] diálogo social. A despeito do

[...] relativo distanciamento conceitual, contudo, a OIT considera que "o controle abusivo de um ser humano sobre outro é a antítese do trabalho decente. Embora possam variar em suas manifestações, as diversas modalidades de trabalho forçado têm sempre em comum as duas seguintes características: o recurso à coação e a negação da liberdade."<sup>20</sup>

<sup>20</sup> OIT. Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT relativa a Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. "Não ao trabalho forçado". Genebra: Secretaria Internacional do Trabalho, 2002.



A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende ser desnecessário haver violência física para a configuração do delito de redução à condição análoga à de escravo. É preciso apenas a coisificação do trabalhador, com a reiterada ofensa a direitos fundamentais, vulnerando a sua dignidade como ser humano:

REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO. ESCRAVIDÃO MODERNA. DESNECESSIDADE DE COAÇÃO DIRETA CONTRA A LIBERDADE DE IR E VIR. DENÚNCIA RECEBIDA. Para configuração do crime do art. 149 do Código Penal, não é necessário que se prove a coação física da liberdade de ir e vir ou mesmo o cerceamento da liberdade de locomoção, bastando a submissão da vítima 'a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva' ou 'a condições degradantes de trabalho', condutas alternativas previstas no tipo penal. A 'escravidão moderna' é mais sutil do que a do século XIX e o cerceamento da liberdade pode decorrer de diversos constrangimentos econômicos e não necessariamente físicos. Priva-se alguém de sua liberdade e de sua dignidade tratando-o como coisa e não como pessoa humana, o que pode ser feito não só mediante coação, mas também pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno. A violação do direito ao trabalho digno impacta a capacidade da vítima de realizar escolhas segundo a sua livre determinação. Isso também significa "reduzir alguém a condição análoga à de escravo". Não é qualquer violação dos direitos trabalhistas que configura trabalho escravo. Se a violação aos direitos do trabalho é intensa e persistente, se atinge níveis gritantes e se os trabalhadores são submetidos a trabalhos forçados, jornadas exaustivas ou a condições degradantes de trabalho, é possível, em tese, o enquadramento no crime do art. 149 do Código Penal, pois os trabalhadores estão recebendo o tratamento análogo ao de escravos, sendo privados de sua liberdade e de sua dignidade. Denúncia recebida pela presença dos requisitos legais (STF - Inq 3412 / AL - ALAGOAS INQUÉRITO - Relator[a] p/ Acórdão: Min. ROSA WEBER. Julgamento: 29/03/2012 Órgão Julgador: Tribunal Pleno).

Por outro lado, há um aspecto fundamental e que merece apreciação: irregularidades trabalhistas pontuais não se confundem com ilícitos penais, sobretudo com o crime de redução de trabalhador a condições análogas às de escravo, aspecto também já pontuado pelo STF:

TRABALHO ESCRAVO - DESCUMPRIMENTO DE NORMAS DE PROTEÇÃO AO PRESTADOR DE SERVIÇOS. O simples descumprimento de normas de proteção ao trabalho não é conducente a se concluir pela configuração do trabalho escravo, pressupondo este o cerceio à liberdade de ir e vir" (STF, Primeira Turma, RE 466508, Relator Min. MARCO AURÉLIO, DJe 01-02-2008).

Resta investigar, ainda que brevemente, as situações que configurariam 'condições degradantes' e de 'jornada exaustiva', elementos previstos na lei brasileira. Para alguns, trabalho em condições degradantes seria aquele mais relacionado a um sentido ambiental, como por exemplo, "aquele em que a degradação de condições sanitárias e de higiene lesionam, à primeira vista, o axioma da dignidade da pessoa humana, abrangendo alojamento/moradia, qualidade de água, locais de refeição e de descanso, ou seja, como uma antítese ao conceito de trabalho decente ou digno" (PRUDENTE, 2006). Outros autores agregam a este tipo as situações de exposição do trabalhador a riscos à sua saúde e segurança, por falta de garantias mínimas nestes aspectos ambientais (BRITO FILHO, 2004). Conforme Orientação nº 04 da CONAETE (Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, do MPT):

Condições degradantes de trabalho são as que configuram desprezo à dignidade da pessoa humana, pelo descumprimento dos direitos fundamentais do trabalhador, em especial os referentes a higiene, saúde, segurança, alimentação ou outros relacionados a direitos da personalidade decorrentes de situação de sujeição que, por qualquer razão, torne irrelevante a vontade do trabalhador.

Arremate-se com Denise Pasello Valente, ao destacar que não há se falar em ausência de conceito sobre esse assunto, pois todas as definições têm em comum considerar que em tais casos existe a submissão do trabalhador a péssimas [situações extremas de desrespeito] condições de higiene, saúde e segurança no trabalho. A autora defende que nada justifica a exclusão desta modalidade da previsão legal e salienta que nenhum dos autores [criminal ou trabalhista] externou posição de que a falta de um único equipamento individual de segurança [por exemplo, botinas ou óculos de segurança], poderia conduzir à interpretação de submissão a condição degradante de trabalho, embora essa conduta seja uma infração às normas de saúde e segurança do trabalho e mereça toda sorte de repressão (VALENTE, 2012).

Com relação às 'jornadas exaustivas', figura também contemplada no tipo penal brasileiro, que não é qualquer excesso ou prorrogação da jornada diária que caracterizaria o trabalho escravo, dado que a própria CF/88 e a CLT prevêem situações de prorrogação e compensação de jornada de trabalho. Nesse sentido, meras infrações trabalhistas neste particular não se enquadrariam no conceito: um ou outro dia de trabalho de horas extras ilícitas ensejariam autuação administrativa pela Fiscalização

do Trabalho e eventual investigação pela Procuradoria do Trabalho, celebração de TAC [Termo de Ajuste de Conduta] e até ação civil pública. Em tais situações haveria uma jornada excessiva de trabalho, uma prática de horas extras ilícitas, fora dos padrões legais. Novamente, concordamos com Denise Valente ao propor uma distinção, fundamental, entre jornada de trabalho 'excessiva', de jornada de trabalho 'exaustiva': "Isso porque exaustivo é o que esgota ou se destina a esgotar [...] é extremamente fatigante [...], jornada acima dos limites legais é, sem dúvida, excessiva, o que não significa que seja, necessariamente, exaustiva".<sup>21</sup> Ora, é difícil não recordar dos casos ocorridos no interior do Estado de São Paulo dos cortadores de cana-de-açúcar que morreram de exaustão no trabalho.

Outros sublinham que 'jornada exaustiva' não é aquela ligada necessariamente ao número de horas laboradas, mas na forma em que são realizadas, eis que:

[...] a fadiga pode ser provocada pela intensificação do ritmo da produção e pelas condições ambientais nas quais o labor é realizado [...] Jornada de trabalho exaustiva é a que, por circunstâncias de intensidade, frequência, desgaste ou outras, cause prejuízos à saúde física ou mental do trabalhador, agredindo sua dignidade, e decorra de situação de sujeição que, por qualquer razão, torne irrelevante sua vontade".<sup>22</sup>

Um último aspecto a acrescentar. De acordo com Miraglia, a abrangência dada ao conceito não deve permitir a sua banalização, servindo aos propósitos daqueles que tendem a chamar de 'trabalho escravo' qualquer tipo de labor realizado fora dos parâmetros trabalhistas, a fim de denegrir a imagem de determinados empregadores e alarmar a sociedade:

[...] a finalidade primordial da conceituação do trabalho em condições análogas à de escravo como aquele labor realizado com o cerceamento da liberdade ou em situação degradante é garantir a máxima efetividade aos seus mecanismos de combate e prevenção (MIRAGLIA, 2011, p. 161).

<sup>21</sup> Conforme Orientação nº 03 da CONAETE e o informe "Trabalho Escravo no Brasil em Retrospectiva", de 2012.

<sup>22</sup> Conforme Orientação nº 03 da CONAETE e o informe "Trabalho Escravo no Brasil em Retrospectiva", de 2012.

## 6. O enfrentamento do problema na perspectiva maior das políticas públicas

O Cadastro de empregadores que tenham utilizado trabalho escravo é valioso instrumento de combate e prevenção ao trabalho escravo contemporâneo, inclusive, consta como medida louvável no âmbito internacional, mas, por si, só, é medida insuficiente caso não acompanhado de outras medidas complementares gerais.

A redemocratização do país fez crescer a percepção de que a efetivação dos direitos sociais depende de políticas públicas eficazes que devem ser elaboradas e realizadas pelo Estado, em parceria com a sociedade civil organizada, mas, sobretudo, deve haver um controle efetivo sobre essas políticas e a forma de sua consecução. De acordo com Smânio as políticas públicas pressupõem as relações do Estado com a sociedade, pois que a via da participação dos cidadãos deve ser o método a ser buscado, tanto para sua formulação, quanto para sua execução. Assim, participação e transparência são princípios derivados do princípio democrático do Estado, de forma que as políticas públicas estão estreitamente relacionadas com a democracia praticada (SMANIO, 2013, p. 3).

A cidadania ganhou novo fundamento na Constituição de 1988 e precisa ser efetivada em nossa vida social, não devendo apenas ser uma proclamação solene. Para T. H. Marshall, o conceito de cidadania é ditado pela História e divide-se em três partes ou elementos:

[...] O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual — liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. [...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido de autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, 1976, p. 64; 66).

A doutrina tem se debruçado no esforço de buscar um conceito jurídico de políticas públicas, dadas as suas interfaces com a política. De acordo com Maria Paula Dallari Bucci (BUCCI, 2006.p. 39), política pública é o programa de ação governamental que resulta de um conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral,

processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

Ada Pelegrini Grinover define políticas públicas como o conjunto de atividades do Estado tendentes a seus fins, de acordo com metas a serem atingidas. Trata-se de um conjunto de normas [Poder Legislativo], atos [Poder Executivo] e decisões [Poder Judiciário] que visam à realização dos fins primordiais do Estado (GRINOVER, 2008).

Mas toda política pública, compreendida como programas de ação governamental voltados à concretização dos direitos fundamentais envolvem a atividade de planejamento, a regulação de comportamentos, a organização da burocracia estatal, a distribuição de benefícios, sendo certo que para compreender o conceito de políticas públicas não basta estudar as instituições jurídicas, de modo que a lei não esgota a política pública, sendo apenas um aspecto desta. E, como mostra Clarice Seixas Duarte, envolve tudo isso em um processo complexo e dinâmico, podendo sofrer naturais correções de percursos para seu aprimoramento. Com efeito, quando da avaliação de uma política é possível analisar e corrigir os seus rumos, redefinir suas prioridades e até mesmo redimensionar a escolha de determinado métodos para atingir os objetivos originalmente estabelecidos (DUARTE, 2013, p. 17).

De acordo com Clarice Seixas Duarte, o processo de definição e implementação das políticas públicas envolve uma série de atividades e etapas distintas, dentre elas: [a] identificação dos problemas e demandas a serem atacados para a definição das prioridades a serem deliberadas junto aos formuladores da política pública; b] a formulação e escolha de propostas concretas entre as diferentes opções de programas apresentados; c] a implementação propriamente dita política, com a criação da burocracia, estrutura e procedimento; d] a avaliação dos resultados da política existente por meio de resultados para que se possa aferir se ela realmente funciona ou não; e] a fiscalização e controle da execução da política por meio da atuação da sociedade civil, e outros órgãos estatais como Tribunal de Contas e Ministério Público. Segundo a autora, “a avaliação é o momento em que se verifica o impacto concreto da política, se os objetivos previstos estão sendo atingidos e se há algo a ser modificado; se existe

uma relação de adequação entre os meios escolhidos e os fins almejados e se estes estão de acordo com determinados parâmetros preestabelecidos" (DUARTE, 2013, p. 31).

É nesse aspecto que a política atual de combate ao trabalho escravo contemporâneo pode [e deve] ser aprimorada. Compreendida na perspectiva dos direitos humanos, a efetivação de direitos sociais, em casos de políticas públicas, está dentro de uma tensão dialética que merece ser bem equacionada.<sup>23</sup>

Na análise preliminar do tema pelo STF foram apontadas algumas inconstitucionalidades. Em brevíssima síntese, pois não é esse o escopo deste estudo, entendeu-se que o Ministério do Trabalho e Emprego agiria de forma desproporcional, atuando de forma arbitrária, muitas vezes com má-fé procedimental, sem o respeito ao devido processo legal e exercício do contraditório pela empresa e, ainda, fora dos limites legislativos e de sua competência.

Entendeu-se que é lavrado o auto de infração pelo fiscal do trabalho com base em direitos trabalhistas, para, de seu somatório, tipificar-se – penalmente – a conduta da empresa, causando reflexos, ainda, na esfera administrativa e trabalhista. Neste particular apontou-se uma falta de devido processo legal adjetivo e a utilização de conceitos jurídicos abertos de uma seara jurídica [a trabalhista] em outra seara [a penal] onde se prima, a princípio, pela interpretação restritiva da norma.

O trabalho escravo se encontra tipificado única e tão somente no Direito Penal, não há, seja no direito do trabalho seja no direito administrativo, normas formas que tipifiquem o crime de submissão dos trabalhadores à condição análoga a de escravo. Sendo, portanto, o conceito penal o vinculante e não o contrário por meros exercícios de hermenêutica. Sublinhou-se, ainda, na fase procedimental administrativa no MTE, insuficiência em relação ao contraditório e à ampla defesa, além de afronta ao princípio da presunção de inocência.<sup>24</sup> Corrigidos os desvios de percurso e seus pontos

<sup>23</sup> Boaventura de Souza Santos indica várias crises dialéticas que informam a modernidade ocidental. Uma delas é a tensão dialética que envolve o Estado e a sociedade civil. Hoje, o Estado é potencialmente maximalista, pois a sociedade civil exige continuamente sua atuação por meio de leis e outras formas de regulação e os direitos humanos estão no centro dessa tensão: "[...]enquanto a primeira geração de direitos humanos [os direitos cívicos e políticos] foi concebida como uma luta da sociedade civil contra o Estado, considerado como o principal violador potencial dos direitos humanos, a segunda e a terceira gerações [direitos econômicos e sociais e direitos culturais, da qualidade de vida etc.] pressupõem que o Estado seja o principal garante dos direitos humanos" (SANTOS, 1997, p. 105-106).

<sup>24</sup> Respectivamente, o artigo 3º, inciso III da Lei nº 9.784/1999 e o artigo XI, item 1, da Declaração Uni-

de inconstitucionalidades assinalados pelo STF, sem dúvida, a sua adoção estará mais legitimada e prestigiada.

## 7. Alternativas para o aprimoramento do combate ao trabalho escravo

A questão do trabalho escravo envolve diversas esferas legislativas e de políticas públicas, seja no âmbito externo seja no interno.

No âmbito interno, percebe-se que os atores sociais têm silenciado sobre, em nosso sentir, uma das principais causas de vulnerabilidade das vítimas, que é uma política migratória que ampare os trabalhadores. Em nosso país, o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80) está profundamente desatualizado. É essencial que a política nacional de migração contemple a adoção de medidas para regular os fluxos migratórios de forma a proteger os direitos humanos dos migrantes, especialmente em razão de práticas abusivas advindas da situação migratória irregular.<sup>25</sup> A extensão do território nacional, as acentuadas diferenças regionais, a situação de extrema desigualdade social, ao lado de intensos processos de urbanização, os avanços no processo de desenvolvimento, são algumas das dimensões que imprimem especificidade ao caso da migração internacional de e para o Brasil, e, por consequência, à legislação e às políticas voltadas a essa faceta de sua vida contemporânea.

Assim, situação que merece toda a atenção é como encaminhar e socorrer os trabalhadores após a 'liberação' de seu explorador, realidade, ao que parece, à qual não se tem dado a devida atenção. Se assim não se proceder, estaríamos diante de um círculo vicioso em que as vítimas, sucessivamente, serão escravizadas, alternando-se apenas a figura do algoz.

---

versal de Direitos Humanos de 1948.

<sup>25</sup> Em relação ao fluxo migratório brasileiro, cumpre esclarecer que no âmbito de realização destas políticas públicas de inclusão do trabalhador, com o intuito de melhorar a situação dos imigrantes ilegais, em especial da comunidade boliviana em São Paulo, em 2005 foi assinado Acordo Brasil/Bolívia para regularização dos imigrantes 'não documentados' e também instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar a Exploração de Trabalho Análogo ao de Escravo. Em 2009 foi assinado o Pacto Municipal Tripartite contra a Fraude e a Precarização e para o Trabalho e Emprego Decentes Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo – Cadeia Produtiva das Confeções, entre o Ministério do Trabalho e Emprego, através de sua Superintendência Regional em São Paulo e diversos outros órgãos, bem como na Câmara Municipal de São Paulo, foi aprovada a Lei n. 11961, de 2009, a qual permitiu a legalização dos imigrantes em situação irregular que ingressaram no País até 1º de fevereiro de 2009, mediante a concessão de um visto provisório com validade de dois anos, ao fim do qual poderá ser requerido visto permanente. Sua finalidade é de anistia objetivou a inserção social mediante a garantia aos estrangeiros de uma vida digna, visando a impedir a exploração desses imigrantes como trabalhadores em condições análogas às de escravo.



Noutro aspecto, no âmbito interno, as medidas que vêm sendo empreendidas pelo Brasil desfrutam de reconhecimento pela OIT, atendendo a especificidades da realidade brasileira. Contudo, a Portaria de “cadastro de empregadores” pode receber aprimoramentos para tornar mais legítimas, efetivas e sólidas as práticas atuais.

Conforme as críticas do STF e entendidas inconstitucionalidades da Portaria e da atuação do MTE no trato do trabalho escravo, não é difícil concluir que todo problema gira em torno da realização de um efetivo processo legal para inclusão do nome da empresa no Cadastro e um refinamento, cada vez maior, da definição do conceito de trabalho escravo em nosso país. Tal como vem sendo praticado na Espanha, talvez fosse conveniente a criação de uma instância recursal tripartite e especializada no tema, na esfera administrativa, inserindo-se, na composição do órgão julgador, representantes do Estado (executivo, legislativo e judiciário), do empregador e das entidades sindicais profissionais.

Outra alternativa seria a lei contemplar, como requisito prévio à inscrição no cadastro, um procedimento de “homologação judicial” das conclusões, referendando os dados colhidos, o enquadramento jurídico dos fatos e contemplando um breve contraditório também na esfera judicial.

Ainda que a legislação e atuação dos órgãos administrativos brasileiros sejam referência em âmbito internacional, é sempre recomendável o aprimoramento das políticas públicas relativas ao tema, por natureza multifacetado e pluricausal, seja para legitimar as ações já existentes, seja para corrigir desvios de percurso, seja, finalmente, para ampliar a proteção com vistas a amparar aqueles trabalhadores resgatados (nacionais ou estrangeiros), inserindo-os no mercado de trabalho e na legalidade de contratação, propiciando-lhes acesso aos direitos sociais próprios de uma civilização que se pretenda considerar democrática e inclusiva.

## Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Mundo e imundos de[o] trabalho: por uma crítica histórica da categoria trabalho. In.: ACIOLI, Vera Lúcia Costa. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. MONTENEGRO, Antonio Torres. (org). *História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife; Ed. Universitária Ufpe, 2011.
- ARISTÓTELES. *Política*. Lisboa: Vega, 1998.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 11ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.
- BAUMAN, Zigmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BALES, Kevin. *Gente descartável: a nova escravidão na economia global*. Lisboa: Caminho, 2001.
- BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. *Trabalho decente: análise jurídica da exploração do trabalho: trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno*. São Paulo: LTr, 2004.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. *Políticas públicas – reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CASALDÁLIGA, Pedro. *Águas do tempo*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1989.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- DUARTE, Clarice Seixas. *O ciclo das Políticas Públicas*. In: SMANIO, Gianpaolo Poggio. BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. *Legitimidade jurídica das políticas públicas: a efetivação da cidadania*. São Paulo: Atlas, 2013.
- ESTERCI, Neide. A dívida que escraviza. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA VV.AA. (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Loyola, 1999.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- PRADO, Adonia Antunes; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de (org.). *Trabalho escravo contemporâneo: um debate transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.
- GOMES, Angela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. *História oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.11, n.1-2, jan/dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008.
- GOENDER, Jacob. *Escravidão colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GOENDER, Jacob. *Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- GRINOVER, Ada Pelegrini. O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário. *Revista de Processo* N. 164. São Paulo: Revista dos Tribunais, out./2008.
- GUIRAMÃES, Dom Pedro Brito. *Um grito pela vida*. Mutirão contra o trabalho escravo. Rio de Janeiro, Paulus, 2011, CD, faixa 2. 5: 12.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio, 2006.
- HOMERO. *Odisseia*. trad. Carlos Alberto Nunes; rev. Marcus Pinheiro. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- LE BRETON, Binka. *Vidas roubadas - a escravidão moderna na Amazônia brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- LÔBO, Lúcio Gusmão. *Conceitos e verdades - ética política e o ser humano*. Thesaurus, Brasília: 2001.
- MATOS, Hebe de. RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Resultados da fiscalização para erradicação do trabalho escravo de 1995 a 2013*. In: <http://portal.mte.gov.br/imprensa/mte-divulga-balanco-semestral-do-trabalho-escravo-em-2014/palavrachave/trabalho->

escravo-lista-suja-balanço.htm

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo/ CONAETE, *Orientações nº03 e 04*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Informe Trabalho Escravo no Brasil em Retrospectiva*, 2012.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. *Trabalho Escravo Contemporâneo: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana*. São Paulo: LTr, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Conferência Internacional do Trabalho*, 103ª reunião, 2014. Informe IV.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Em busca de trabalho decente – Os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes*, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil*, Brasília, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT relativa a Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho*, Genebra: Secretaria Internacional do Trabalho, 2002.

PAIVA, Eduardo França. *Trabalho compulsório e escravidão: usos e definições nas diferentes épocas*. 2005.

PRUDENTE, Wilson. *Crime de escravidão*. São Paulo: Lumen Juris, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Uma concepção multicultural de direitos humanos*. Lua Nova, São Paulo, n. 39.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SHARMA, Bhavna. A Anti-Slavery Internacional e o Combate ao Trabalho Escravo. In: *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SILVA, José Carlos Aragão. *Conversa bonita: o trabalho escravo na agricultura contemporânea brasileira e o aliciamento de camponeses na Região dos Cocais, Maranhão*. Teresina, 2004. 163p. Dissertação [Mestrado em Políticas Públicas]. Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

PAIVA, Eduardo França. *Trabalho compulsório e escravidão: usos e definições nas diferentes épocas*. 2005.

VILELA, Ruth. Entrevista concedida ao projeto Memória Institucional do Ministério do Trabalho e Emprego. CPDOC/FGV, 2006, fita 2.

*Recebido em: outubro de 2016.*

*Aprovado em: dezembro de 2016.*